DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 6154/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/967/2016
PROTOCOLO	: 1654126
ÓRGÃO	: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IVINHEMA – MS
JURISDICIONADOS	: 1-ÉDER UILSON FRANÇA LIMA; 2-ANA CLÁUDIA COSTA BUHLER
CARGOS DOS JURISDICIONADOS	: 1-PREFEITO MUNICIPAL; 2-SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 306/2015
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: PREGÃO PRESENCIAL N.º 109/2015
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS
CONTRATADA	: COMERCIAL ISOTOTAL LTDA
VALOR DA CONTRATAÇÃO	: R$ 39.927,60
ÓRGÃO JULGADOR	: JUÍZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA

CONTRATO ADMINISTRATIVO – 1ª E 2ª FASES - LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL – FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS - INSTRUMENTO REGULARMENTE FORMALIZADO - ATOS LEGAIS E REGULARES - PROSSEGUIMENTO.

Em exame o procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de **Pregão Presencial n.º 109/2015** – (fls. 38-64) e a formalização do **Contrato Administrativo nº 306/2015** - (fls. 81-86) celebrado entre as partes acima nominadas.

O objeto do pacto recai sobre a aquisição de mobiliários a serem utilizados pelo Hospital Municipal de Ivinhema/MS, conforme Cláusula Primeira - (fls. 81).

O valor pactuado pelas partes importa em R$ 39.927,60 (trinta e nove mil novecentos e vinte e sete reais e sessenta centavos), conforme consignado na Cláusula Segunda - (fls. 82).

O prazo de vigência deste Contrato compreende o período de 15/10/2015 a 31/12/2015, sujeito a prorrogação, de acordo com a Cláusula Quarta - (fls. 83).

A Equipe Técnica procedeu à análise dos atos praticados nestas fases e emite o seu juízo de valor opinando pela *regularidade* e *legalidade* do procedimento licitatório e da formalização contratual, consoante Análise *ANA–2ICE–4442/2016* - (fls. 338-343).

O douto Ministério Público de Contas comungando do entendimento do Corpo Técnico opina pela *regularidade* e *legalidade* do procedimento licitatório e da formalização contratual, consoante o Parecer *PAR-2ªPRC-7424/2017* - (fls. 344).

É o relatório.

Verifico que foram observadas as disposições regimentais no curso da instrução processual, nos termos do art. 112, parágrafo único, II, "b" do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS 76/2013, razão pela qual passo ao exame de mérito, que recai sobre o procedimento licitatório e a formalização do Instrumento Contratual, nos termos do art. 120, I, *"a",* II, do Regimento Interno.

O procedimento licitatório desenvolvido na modalidade *Pregão Presencial n.º 109/2015* (fls. 38-64) precede à contratação, vinculando-se à Lei Federal n.º 10.520/02, Decretos Municipais n.º 168/07 e n.º 009/15, Lei Complementar n.º 123/06 e, subsidiariamente, no Estatuto das Licitações e Contratos.

Acompanhado do procedimento licitatório está a autorização para licitar, a dotação orçamentária garantidora dos dispêndios, a aprovação pela assessoria jurídica, o ato de nomeação do pregoeiro e equipe de apoio e os atos de adjudicação, homologação e publicação do resultado e documentos de habilitação das licitantes.

Com relação ao instrumento de *Contrato Administrativo nº 306/2015* - (fls. 81-86), vejo que este foi formalizado de acordo com as determinações do capítulo III da Lei Federal nº 8.666/93, contendo as cláusulas essenciais previstas no artigo 55 e o comprovante da publicação de seu extrato na imprensa oficial.

Como objeto, o pacto visa à aquisição de mobiliários a serem utilizados pelo Hospital Municipal de Ivinhema/MS, com valor de R$ 39.927,60 (trinta e nove mil novecentos e vinte e sete reais e sessenta centavos) e prazo de vigência estimado para o período de 15/10/2015 a 31/12/2015, sujeito a prorrogação, de acordo com o instrumento contratual - fls. 81-86.

Após análise dos autos, o Corpo Técnico entende que todos os atos praticados estão em consonância com as disposições legais vigentes, razão pela qual merecem receber a aprovação - (fls. 342), *verbis:*

"Diante do exposto, concluímos pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório Pregão Presencial nº 109/2015 e da formalização do Contrato Administrativo nº 306/2015 celebrado entre o Fundo Municipal de Saúde de Ivinhema (CNPJ nº 11.112.312/0001-03) e a empresa Comercial Isototal Ltda (CNPJ nº 06.305.092/0001-02), nos termos do inciso I do art. 59 da Lei Complementar nº 160/2012, cc. o inciso II e alínea "a" do inciso IV do art. 122 do Regimento Interno, tendo em vista a observância dos preceitos legais que regem a matéria analisada."

O douto Ministério Público de Contas, adotando a mesma linha de entendimento do Corpo Técnico exara o seu r. Parecer opinando pela *regularidade* e *legalidade* dos atos ora em apreciação, *in verbis:* (fls. 344)

"Pelo que dos autos consta e de acordo com a manifestação do corpo técnico, este Ministério Público de Contas, com fulcro no inciso I, artigo 18 da Lei Complementar Estadual sob o n. 160/2012, conclui pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório e da formalização do contrato em apreço, nos termos do art. 120, I e II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013."

Assiste razão ao eminente Procurador de Contas, porquanto os atos praticados no curso de instrução processual relativamente ao procedimento licitatório e à formalização contratual revelam que foram observadas as disposições legais regedoras da matéria, estando, pois, aptos a receberem a aprovação desta Corte de Contas.

Mediante o exposto e, acolhendo o posicionamento adotado pelo Corpo Técnico e o r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, e, com fundamento no art. 10, II, § 3º, V, c/c o art. 70 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013,

DECIDO:

1 – pela **regularidade e legalidade** do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade **Pregão Presencial n.º 109/2015** e da formalização do **Contrato Administrativo nº 306/2015** celebrado entre o **Fundo Municipal de Saúde de Ivinhema/MS**, CNPJ/MF nº 11.112.312/0001-03, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Éder Uilson França Lima, CPF/MF nº 390.231.411-72 e pela Secretária Municipal de Saúde, Senhora Ana Cláudia Costa Buhler, CPF/MF n.º 639.403.881-49, como contratante, e, de outro lado, a Empresa **Comercial Isototal Ltda**, CNPJ/MF nº 06.305.092/0001-02, representada pela Senhora Ana Luzia Gomes, CPF/MF nº 941.041.401-63, como contratada, por guardarem conformidade com as disposições legais aplicáveis à espécie, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, I e II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução

Normativa TC/MS nº 76/2013;

2 – pelo **retorno** dos presentes autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo para o acompanhamento da execução contratual, na forma regimental;

3 – **Publique-se**, nos termos do art. 50, I da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 2º, do Regimento Interno.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 23 de junho de 2017.

Cons. Iran Coelho das Neves
Relator